



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul**

Rua João Planincheck, 1990, Centro Executivo Blue Chip, 10º andar, Sala 1011 - Bairro: Jaraguá Esquerdo - CEP: 89253-105 - Fone: (47) 3130-8293 - <https://www.tjsc.jus.br/comarcas/jaragua-do-sul> - Email: jaragua.falencia@tjsc.jus.br

**FALÊNCIA DE EMPRESÁRIOS, SOCIEDADES EMPRESÁRIAS, MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE Nº 0321250-63.2017.8.24.0038/SC**

**AUTOR:** POSTO Z7 LTDA

**RÉU:** MEIOTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

## **SENTENÇA**

### **RELATÓRIO**

Trata-se de ação falimentar proposta por POSTO Z7 LTDA em face de MEIOTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA., para tanto aduziu, em síntese, que a Ré atuaria na comercialização varejista de combustíveis e demais produtos derivados.

Asseverou que a empresa Requerida deveria à parte Autora o montante de R\$ 98.311,90 (noventa e oito mil, trezentos e onze reais e noventa centavos) por produtos fornecidos; que a referida dívida fora inclusive confessada, sendo exarado seu respectivo termo e que a Demandada não honrou com a quitação de seus débitos, sendo responsável por três registros de negativação, um cheque devolvido e trinta e um protestos, totalizando-se o importe de R\$ 131.374,52 (cento e trinta e um mil, trezentos e setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) em dívidas.

Afirmou, ainda, que a empresa Ré simulou diversos negócios jurídicos com o escopo de fraudar credores, razão pela qual teriam sido preenchidos os requisitos para a decretação de sua falência. Juntou documentos (evento 1.1-1.22).

A Requerida apresentou contestação (evento 10.28-10.31), onde confirmou enfrentar dificuldades financeiras e pugnou lhe fosse deferida recuperação judicial.

Houve réplica (evento 15.35-15.40).

Em 15/05/2019, evento 17.41, considerando presentes os requisitos necessários, foi decretada a falência da empresa Demandada.

Após inúmeras tentativas infrutíferas de encontrar bens da falida (eventos 77.1, 89.1, 99.1, 99.1, 139.1, 148.1-148.2 e 149.1-149.2), exceto o valor irrisório, frente às dívidas da falida, de R\$ 204,63 (duzentos e quatro reais e sessenta e três centavos), bloqueado pelo sistema SISBAJUD no evento 150.1, na decisão proferida no evento 214.1, restou determinada a intimação de todos os credores, por edital, para se manifestarem sobre eventual interesse no prosseguimento do feito, sob pena de reconhecimento de falência frustrada. Todavia, não houve qualquer manifestação (eventos 240 e 242).

Houve manifestação favorável da Administração Judicial (eventos 211.1-211.3 e 247.1-247.2) e do Ministério Público acerca do encerramento da lide (evento 250.1).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul**

Após, os autos vieram conclusos.

É o suficiente relato. Decido.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A ação de falência tem como finalidade a arrecadação de bens com sua posterior avaliação e alienação e instauração do concurso de credores, para fins de quitação do passivo da empresa falida, sendo que, muito embora existam credores, não havendo qualquer bem de propriedade da falida, torna-se evidente a falta de interesse no prosseguimento do feito, com o consequente encerramento do pedido falimentar.

Não por outro motivo o legislador, por intermédio da Lei 14.112/2020, fez incluir o art. 114-A na Lei de Falências, o qual dispõe sobre a possibilidade de encerramento do feito caso não sejam encontrados bens. Vejamos:

*Art. 114-A. Se não forem encontrados bens para serem arrecadados, ou se os arrecadados forem insuficientes para as despesas do processo, o administrador judicial informará imediatamente esse fato ao juiz, que, ouvido o representante do Ministério Público, fixará, por meio de edital, o prazo de 10 (dez) dias para os interessados se manifestarem. **(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)***

*§1º Um ou mais credores poderão requerer o prosseguimento da falência, desde que paguem a quantia necessária às despesas e aos honorários do administrador judicial, que serão considerados despesas essenciais nos termos estabelecidos no inciso I-A do caput do art. 84 desta Lei. **(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)***

*§2º Decorrido o prazo previsto no caput sem manifestação dos interessados, o administrador judicial promoverá a venda dos bens arrecadados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para bens móveis, e de 60 (sessenta) dias, para bens imóveis, e apresentará o seu relatório, nos termos e para os efeitos dispostos neste artigo. **(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)***

*§3º Proferida a decisão, a falência será encerrada pelo juiz nos autos. **(Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)***

Nos presentes autos, tal como bem apontou a Administração Judicial, denota-se que o feito tramita há aproximadamente 07 (sete) anos e vários foram os intentos na busca de bens e valores para saldar os débitos existentes, contudo sem lograr êxito, conforme pode-se observar nas respostas juntadas nos eventos 77.1, 89.1, 99.1, 99.1, 139.1, 148.1-148.2 e 149.1-149.2.

A exceção foi a quantia de R\$ 204,63 (duzentos e quatro reais e sessenta e três centavos), bloqueado pelo sistema SISBAJUD no evento 150.1. Contudo, foi a única verba encontrada nesta lide.

Nesses termos, considerando que a falência é uma espécie de execução coletiva, em que todos os bens do falido são arrecadados para uma venda judicial forçada, com a posterior distribuição proporcional do ativo entre todos os credores, não havendo bens a



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO**

**Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul**

serem arrecadados, prosseguir com atos inúteis não trará qualquer resultado (*Maximilianus Cláudio Américo Fuhrer. Roteiro de Falências, concordatas e recuperações: Lei 11.101/2005-Dec. Lei 7.661/1945, pag. 36*).

Nos termos da doutrina de Carlos Alberto Fabricha de Castro, em determinadas situações, quando, no processo falimentar chega-se à conclusão de que não há bens do devedor passíveis de arrecadação, de nada adianta movimentar a máquina judiciária, sob pena de se praticar atos sucessivos, morosos e inúteis, sem resultado concreto (*Fundamentos do Direito Falimentar. 2. ed. rev. e atual., Curitiba: Juruá, 2006, pag. 153*).

Alias, antes mesmo da vigência da Lei 11.101/2005, essa já era uma previsão do Decreto Lei 7.661/45, o qual estabelecia:

*Art. 75. Se não forem encontrados bens para serem arrecadados, ou se os arrecadados forem insuficientes para as despesas do processo, o síndico levará, imediatamente, o fato ao conhecimento do juiz, que, ouvido o representante do Ministério Público, marcará por editais o prazo de dez dias para os interessados requererem o que fôr a bem dos seus direitos.*

De outro norte, em que pese a atual legislação falimentar não tenha adotado expressamente, em sua redação original, a figura da falência frustrada, patente que a doutrina e a jurisprudência inclinavam-se à aplicação do entendimento, sob pena de se submeter os credores e o judiciário a gastos elevados em prol de um procedimento frustrado. Nessa linha de raciocínio observe-se o Enunciado n. 105, da III Jornada de Direito Comercial:

*ENUNCIADO 105 – Se apontado pelo administrador judicial, no relatório previsto no art. 22, III, e, da Lei n. 11.101/2005, que não foram encontrados bens suficientes sequer para cobrir os custos do processo, incluindo honorários do Administrador Judicial, o processo deve ser encerrado, salvo se credor interessado depositar judicialmente tais valores conforme art. 82 do CPC/2015, hipótese em que o crédito referente ao valor depositado será classificado como extraconcursal, nos termos do art. 84, II, da Lei n. 11.101/2005.*

*Justificativa: O principal objetivo da falência é a satisfação dos credores com a venda dos bens do devedor (massa falida). Se não há bens, não se justifica o investimento de recursos e trabalho especialmente pelo Administrador Judicial. O Decreto-lei n. 7661 tinha dispositivo específico que disciplinava a falência frustrada (art. 75) determinando seu encerramento. O art. 154 da Lei n. 11.101/2005 não oferece a mesma alternativa, apesar de referir-se à conclusão da realização do ativo, o que permite a interpretação acima no caso de ausência de bens. A proposta do enunciado vem na esteira de recentes decisões do STJ e do TJSP, que determinaram que credores interessados custeassem os trabalhos do AJ de busca de bens, sob pena de encerramento da falência. E serviria para impedir que falências sem resultado útil demandem recursos do Judiciário e dos envolvidos e aumentem desnecessariamente os indicadores de prazo médio de solução de falência. (REsp n. 1526790/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 28/3/2016). (TJ-SP - APL: 00536938720128260547 SP 0053693-87.2012.8.26.0547, Relator: Enio Zuliani, Data de Julgamento: 8/2/2017, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 14/2/2017.*

Atualmente, entretanto, frisa-se a alteração legislativa que fez incluir o art. 114-A na Lei de Falências, dispondo expressamente acerca da possibilidade de encerramento da falência caso frustrada a arrecadação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO**

**Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul**

Devidamente publicado o edital de intimação dos credores (eventos 225.1 e 226.1), nos termos do que dispõe o mencionado art. 114-A da Lei Falimentar, não houve qualquer manifestação em termos de prosseguimento da demanda.

Por sua vez, o Administrador Judicial, nos termos do art. 155 da Lei 11.101/2005 (abaixo transcrito), apresentou o relatório final da falência (evento 247.1), informando o valor do passivo na quantia de R\$ 181.144,11 (cento e oitenta e um mil, cento e quarenta e quatro reais e onze centavos), realizou a prestação de contas e indicando, reiterou a inexistência de bens apresentou e requereu homologação do quadro de credores e, ao final postulando o encerramento da falência com a manutenção da responsabilidade da falida com o saldo inscrito no quadro geral de credores.

*Art. 155. Julgadas as contas do administrador judicial, ele apresentará o relatório final da falência no prazo de 10 (dez) dias, indicando o valor do ativo e o do produto de sua realização, o valor do passivo e o dos pagamentos feitos aos credores, e especificará justificadamente as responsabilidades com que continuará o falido.*

Em sua manifestação final (evento 250.1), o representante do Ministério Público pugnou pelo "encerramento da falência, nos termos do artigo 114-A, §3º da Lei nº 11.101/05", posicionamento este que, por inexistir qualquer oposição, este Juízo adere em sua totalidade.

Dessa senda, independente da apresentação das respectivas contas (art. 154, da Lei 11.101/2005), diante da ausência de bens arrecadados e, não havendo insurgências em face do relatório final apresentado pelo Administrador Judicial, o encerramento da presente falência pela ausência de bens, nos termos dos arts. 114-A e 156 da Lei Falimentar, com a consequente extinção das obrigações do falido (art. 158, VI, da Lei 11.101/2005), é medida que se impõe.

A propósito:

*Art. 156. Apresentado o relatório final, o juiz encerrará a falência por sentença e ordenará a intimação eletrônica às Fazendas Públicas federal e de todos os Estados, Distrito Federal e Municípios em que o devedor tiver estabelecimento e determinará a baixa da falida no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), expedido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)*

*Parágrafo único. A sentença de encerramento será publicada por edital e dela caberá apelação.*

*Art. 158. Extingue as obrigações do falido:*

[...]

*VI - o encerramento da falência nos termos dos arts. 114-A ou 156 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 14.112, de 2020) (Vigência)*

Considerando a presente conclusão, prescindível a análise do quadro de credores apresentado pela Administração Judicial.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul**

DISPOSITIVO

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 114-A e 156 da Lei 11.101/2005, **ENCERRO** a falência de MEIOTUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA, CNPJ n.º 02823820000109, extinguindo as obrigações da falida nos termos do art. 158, VI, do mesmo diploma legal e, conseqüentemente, **JULGO EXTINTO** o presente feito.

Exonero a Administradora Judicial de suas funções em relação à falida. Considerando a realidade fática dos autos deixo de arbitrar honorários ao Administrador Judicial, sem prejuízo de alteração do posicionamento caso sejam encontrados ativos da massa.

Nada obstante, ante os notórios serviços prestados, proceda-se à liberação dos valores bloqueados em subconta (**R\$ 229,73** – duzentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos) em favor do Administrador Judicial.

Para cumprimento da medida, resta intimada a Administração Judicial para, no prazo de 15 dias, indicar os respectivos dados bancários (CPF/CNPJ; Instituição Financeira; número da conta bancária indicando o dígito ou sua ausência; número da agência bancária indicando o dígito ou sua ausência; tipo da conta bancária e e-mail para comunicação).

Publique-se a presente sentença por edital.

Intimem-se, inclusive as Fazendas Públicas (observando-se todos os Estados e Municípios em que a falida manteve estabelecimento).

Deverá o cartório, independente de determinação, responder eventuais pedidos de informação, noticiando o encerramento da falência por ausência de bens e encaminhando cópia da presente sentença.

*Após o trânsito em julgado:*

Oficie-se à Receita Federal para que se proceda a baixa da empresa falida no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), expedido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (art. 156, da Lei 11.101/2005), bem como a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC.

Translade-se cópia da presente sentença para eventuais incidentes processuais de habilitação/impugnação de crédito e eventuais demandas pendentes de julgamento, cientificando-se as partes.

Custas pela falida.

Arquivem-se oportunamente.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO**

**Vara Regional de Falências, Recuperação Judicial e Extrajudicial de Jaraguá do Sul**

o preenchimento do código verificador **310065123681v10** e do código CRC **1fbd2dae**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): UZIEL NUNES DE OLIVEIRA

Data e Hora: 17/09/2024, às 10:39:03

---

**0321250-63.2017.8.24.0038**

**310065123681.V10**